

Pensamos que não está completa a informação do Vice-Presidente da República, que preside aquela Comissão. Seria fundamental que houvesse dito à Nação, de forma clara e precisa, que o País sofrerá enormes dificuldades, de consequências ainda imprevisíveis, porque de setembro de 1973 — data de deflagração da atual política árabe de petróleo — a esta parte o Governo se omitiu por inteiro, levando o Brasil à situação calamitosa de hoje.

Deveria, igualmente, confessar, de modo irretorquível, que a incompetência oficial é mais culpada do que qualquer outra razão, pelo destroçamento que se verificou na economia nacional.

Não obstante a notória e comprovada incompetência dos homens que dirigiram a política energética brasileira, nos últimos anos, o que se vê é a manutenção dos mesmos nomes, no máximo, com a troca de cargos dentro da mesma área.

O Presidente da Comissão Nacional de Energia, que entrou agora neste terreno tão marcado pelos erros passados, deveria, em defesa de seus propalados conhecimentos técnicos, propor uma integral reformulação de nomes, a começar pela PETROBRAS e pelo Conselho Nacional de Petróleo, cujos dirigentes já deram reiteradas demonstrações de despreparo e falta de aptidão para estas altas funções.

O vazamento de informações quanto ao último aumento de óleo diesel que propiciou violenta especulação, aliado ao ainda nebuloso contrato de risco estabelecido com o Iraque, cujas cláusulas previam, aparentemente, apenas o risco da PETROBRAS e nenhuma compensação mesmo se descoberto petróleo, e, também, o incrível desaparecimento de noventa e quatro mil barris de óleo entre o terminal marítimo e a refinaria de Araucária, com prejuízos de vários milhões de dólares, já são razões mais do que suficientes para a imediata substituição daqueles que orientam ou, quem sabe, desorientam a política nacional de energia.

Fica, pois, a sugestão ao Presidente da Comissão Nacional de Energia, que chegou agora ao palco das decisões, para que proponha a imediata reformulação do quadro de dirigentes deste setor, confessando o total fracasso do Governo após tantos anos de crise.

O Brasil tem pressa e precisa de homens abnegados e competentes, que consigam recuperar, pelo menos em parte, o tempo que se perdeu em muito falatório e pouca ação.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (MDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, indiscutivelmente, o mais importante tema de debates no Congresso Nacional, neste mês de agosto, é o que se relaciona com o projeto de concessão da anistia. Nós, do MDB, já manifestamos através de todos os nossos representantes a disposição de lutar para que a anistia seja ampla, geral e irrestrita.

É a família brasileira, é toda a opinião pública nacional que se mobiliza, no sentido de que este Congresso aprove as emendas necessárias para que todos aqueles que foram punidos por atividades políticas voltem ao convívio social e readquiram seus direitos, a fim de que possam atuar em todos os setores de atividade.

Já nos temos manifestado, mais de uma vez, a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, inclusive e principalmente em favor daqueles que não tiveram outra alternativa senão empunhar armas para tentar modificar a situação da sociedade brasileira, imposta através de um governo implantado a partir de março de 1964. Sabemos perfeitamente o motivo que levou uma plêiade de jovens a lançar mão desse instrumento para tentar alcançar a liberdade que toda a sociedade exigia. Sabemos que, a partir do Ato Institucional n.º 5, de 1968, todos os canais de comunicação foram cortados; em consequência, tivemos a desorganização do setor estudantil, o impedimento da participação da juventude nos debates nacionais, a extinção dos partidos políticos e a manietação da atividade parlamentar. Os jovens não encontraram outra alternativa senão partir para a clandestinidade, através da guerrilha urbana e rural, para fazer a modificação desejada. Por isso, aqui estamos para pedir anistia, principalmente para estes que, lamentavelmente, agora são denominados de terroristas, por parte daqueles que detêm o poder. A propósito, Sr. Presidente, o **Correio Braziliense**, edição de ontem, traz a seguinte notícia:

“PROCESSO DO ESTUDANTE QUE FABRICAVA BOMBAS

Ao depor, na Auditoria Militar de Brasília, como testemunha de acusação, o soldado do Exército Paulo Roberto de Oliveira, apresentou elementos favoráveis ao processo a que responde Serafim Oliveira de Rezende. O estudante goiano, de Farmácia, foi denunciado nos artigos 28, 39 incisos I e II e artigo 45 do Decreto-lei n.º 898/69, por “promover atentado terrorista com fim subversivo”.

Serafim de Oliveira foi socorrido, em outubro do ano passado, por Paulo Roberto, com ferimentos causados pela explosão de uma bomba relógio, de fabricação caseira, na

Praça do Botafogo, setor universitário de Goiânia, vindo a ser acusado pela sua fabricação autor do ato terrorista, motivado por “insatisfação com o regime político vigente no País”.

Segundo o processo, foram apreendidos em sua casa, panfletos de literatura “nitidamente subversiva” ficando caracterizado que pertencia à juventude socialista brasileira. Ontem, ao depor, o soldado Paulo Roberto, afirmou que, além de não ter encontrado panfletos no momento da explosão da bomba, soube, na época, com segurança, que Serafim tinha feito explodir a bomba “a título de experiência”.

O entendimento do juiz auditor Célio Lobão, da Auditoria de Brasília, é o de que se Serafim Oliveira de Rezende vier a ser condenado, pela prática de ato terrorista, mesmo em primeira instância, antes da promulgação do decreto de anistia, ora sob exame do Congresso Nacional, ele estaria excluído dos benefícios da medida. Esta interpretação contraria a tendência do Governo, que, segundo seus líderes, a anistia beneficiará todos aqueles que não têm sentença com trânsito em julgado.”

Sr. Presidente, destaco apenas este fato, neste momento de abertura. Mas quantos não foram injustamente acusados e processados, inclusive condenados da maneira mais absurda? No caso de Serafim, sua própria testemunha de acusação agora vem de afirmar que não encontrou panfletos subversivos em seu poder e que a bomba não era para fins terroristas. Isto acontece só agora, mas serve para demonstrar que inúmeras injustiças foram cometidas. É por isso que pedimos a anistia ampla, geral e irrestrita para todos, principalmente para aqueles que são acusados de terroristas.

O SR. WALTER SILVA (MDB — RJ. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Deputados, é incrível a insensibilidade política do atual Governo deste País ante o clamor nacional em prol de uma anistia verdadeira, que possa devolver à família brasileira a paz, a tranquilidade e a verdadeira conciliação.

Ainda hoje tivemos oportunidade de apresentar um substitutivo ao projeto de anistia do Governo que, na verdade, de anistia não tem nada, mais se parece com um indulto, um perdão. O que se quer não é perdão, não é indulto: o que se quer, na verdade, é o esquecimento de fatos pretéritos para que esta Nação possa encontrar meios e modos de superar e resolver os problemas magnos deste País.

Ainda neste final de semana, lemos com tristeza que o líder dos professores do Rio de Janeiro, Godofredo da Silva Pinto, apenas porque, no exercício das suas funções de dirigente da Sociedade Estadual de Professores, achou por bem convocar a sua categoria profissional para deliberar democraticamente sobre os rumos a tomar, com relação à greve dos professores do Estado do Rio de Janeiro.

Este cidadão emérito, professor de grandes conhecimentos pessoais, foi arbitrariamente preso pelo DOPS do Rio de Janeiro, submetido a um interrogatório de várias horas, num processo realmente iníquo, que só serve para envergonhar a cultura e a inteligência brasileiras.

Deixamos registrado nos Anais da Casa o nosso protesto contra essas medidas de violência e de arbitrio, enquanto a própria América do Sul começa a se abrir para o regime democrático. Quando tomamos conhecimento de que, no Equador, vai assumir a Presidência da República um cidadão civil, eleito pela vontade do povo, em eleições diretas, livres e democráticas; enquanto na Bolívia também o Congresso se reúne para escolher seu Presidente, entre os candidatos vitoriosos eleitos pelo povo, num processo também de redemocratização; enquanto no Peru já foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte e dotada a Nação de uma nova Constituição, preparando-se para devolver o governo aos civis, no Brasil, assistimos à perpetuação de um regime militar, uma ditadura que a cada dia se esmera em requintar o processo arbitrário que tomou conta deste País e desemboca num processo econômico dos piores, mencionado até por jornais e revistas especializados — e aqui está o Relatório Reservado n.º 666, que circula de 30 de julho a 5 de agosto, a traçar um quadro dramático da economia brasileira, levada a essas circunstâncias por um regime autoritário que fracassou no seu projeto de Brasil Grande.

É hora, portanto, de devolvermos os destinos da Nação brasileira a um Governo de pessoas realmente competentes, eleitas diretamente pela vontade soberana do povo brasileiro. Que tenhamos como princípio uma anistia que seja verdadeiramente ampla, que possa alcançar a todos os presos e condenados, porque ninguém cometeu crime de sangue neste País. Se contabilizarmos as vítimas do chamado terrorismo e as vítimas feitas nestes 15 anos pela ditadura sanguinária que tomou conta do País, constataremos que o saldo, a crédito, do chamado terrorismo, é muito

maior, sobretudo porque foram obstruídas, obliteradas as vias legais e normais de oposição, forçando muitos brasileiros, na ânsia de libertar o País das garras do imperialismo internacional, a pegar em armas para salvar esta Nação, hoje sufocada por uma dívida externa brutal e por uma dívida interna que inquietam sobremaneira as gerações futuras.

O SR. JOÃO FAUSTINO (ARENA — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte, que compreende as Dioceses de Natal, Mossoró e Caicó, tem manifestado, insistentemente, a sua apreensão face à construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, na região do Baixo Açu.

Essa preocupação dos senhores bispos representa mais uma posição da Igreja em favor dos mais fracos e humildes e traduz, principalmente, as grandes dificuldades a que se estão submetendo os pequenos proprietários rurais residentes na referida região e mais os habitantes da cidade de São Rafael, que será totalmente submersa e destruída.

Denunciar situações de injustiças ou de violência cometidas contra a pessoa humana é dever não apenas da hierarquia da igreja, mas de todos os cristãos comprometidos com a mensagem libertadora do Evangelho e com os pressupostos que valorizem e dignifiquem a criatura humana.

Aqui registramos o nosso apoio às posições assumidas pela Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte em favor das populações sediadas na região do Baixo Açu, que sofrem conseqüências de um clima de insegurança, apreensão e descrença, em virtude da maneira como vem sendo conduzida a implantação do Projeto do Baixo Açu ensejando o cometimento de injustiças.

Não desejamos, neste pronunciamento, tecer considerações críticas sobre os aspectos técnicos do projeto que impôs a desapropriação de 158.476 hectares, abrangendo a faixa de terra mais produtiva do Rio Grande do Norte, o que desejamos é que se dê tratamento humano ao projeto, estabelecendo-se como prioridade não a obra magnífica de engenharia, mas o homem, que deverá ser o seu principal artífice e o seu maior beneficiário.

Todas as informações que conseguimos captar relativas ao empreendimento transmitem um estado de apreensão e de angústia dos habitantes daquela região.

Há poucos dias, tive oportunidade de visitar o Pe. Francisco Canindé dos Santos, pároco da cidade de Açu, e dele ouvir depoimento constrangedor. Falou-me da forma como se processa a desapropriação e a posse da terra; do preço da indenização, que está muito distante do valor real das propriedades; do clima de intranquilidade e apreensão existente, principalmente na cidade de São Rafael, que será totalmente inundada pela Bacia Hidráulica, que prevê 2,4 bilhões de m³ de água.

Formulamos apelo ao DNOCS, no sentido de fazer o que não foi feito até agora: transmitir às famílias do Baixo Açu um clima de confiança e de credibilidade, oferecendo àqueles que estão sofrendo por ter que renunciar e se desfazer de um patrimônio construído pelo sofrimento e pelo trabalho de muitas gerações não apenas o preço justo da terra desapropriada, mas a certeza de que não será em vão o sacrifício dos que hoje vivem a amargura de renunciar compulsoriamente os sonhos do futuro e os frutos do árduo trabalho do passado.

Formulamos, também, apelo aos bancos do Nordeste e do Brasil, para irem ao encontro dos proprietários que tiveram suas terras desapropriadas, porém ainda continuam lavrando e cultivando essas áreas, pois o DNOCS ainda não os indenizou nem estabeleceu data para que se efetivasse essa providência.

Por fim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero assumir, também, ao lado da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte as preocupações, angústias, incertezas e intranquilidade de centenas de famílias a serem atingidas pelo Projeto do Baixo Açu, sobretudo as mais pobres e humildes.

O SR. JOSÉ MARIA DE CARVALHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha vinda a esta tribuna, na tarde de hoje, é para saudar o Olaria Atlético Clube, simpática agremiação esportiva, da cidade do Rio de Janeiro, pelos 64 anos completados no mês de julho.

Clube dotado de excelentes instalações para a prática dos mais variados esportes como futebol, basquetebol, voleibol, futebol de salão, natação, judô e ginástica tem contribuído nesses 64 anos de existência para o aprimoramento físico da nossa juventude e ajudando a formar inúmeros campeões.

Além da prática das diversas modalidades desportivas, é ele o grande elo de aproximação da família leopoldinense. Seu ambiente social é salutar e está contribuindo, decisivamente, para a formação de uma geração sadia.

Por isso, queremos expressar ao quadro social e a todos os olarienses as nossas sinceras felicitações por tão grata e simpática efeméride e, ao mesmo tempo, dizer de nossa confiança num futuro cada vez mais glorioso para o Olaria, hoje uma força no cenário social-esportivo do País.

A atual administração liderada pelo patrono Álvaro da Costa Mello e pelo Presidente Edmundo dos Santos Cigarro, que vêm dando ao Olaria condições excepcionais de entretenimento e bem-estar ao quadro social, com construção de novas dependências altamente sofisticadas, os nossos parabéns pelo grande acontecimento e os votos de muito sucesso para esse nosso tão querido clube.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não resta dúvida de que a prioridade concedida pelo Governo do Presidente João Figueiredo à agricultura foi para valer. Mas, do mesmo modo, tinha-se certeza de que o choque com o atual orçamento era inevitável. Apenas no próximo ano, quando o novo orçamento monetário já será constituído com a alocação dos recursos necessários aos diversos setores, poderemos superar as dificuldades.

No entanto, verificam-se problemas superiores às expectativas. Ora, o orçamento do Banco do Brasil para investimentos na agricultura é de 68 bilhões de cruzeiros segundo fontes oficiais daquele estabelecimento de crédito. Conforme estudos feitos, tal importância representa apenas a metade do necessário às propostas que ultimamente chegaram ao Banco do Brasil.

Verifica-se, portanto, um grave problema, que só poderá ser solucionado pela alocação de novos recursos, ou, caso contrário, ter-se-ão de reduzir as liberações. Agora mesmo, tomou-se uma medida apenas paliativa, quando o Ministro da Fazenda decidiu remanejar 5 bilhões de cruzeiros, dos 23 bilhões a mais destinados ao custeio agrícola, para financiamento a investimentos. Não é com medidas dessa natureza, por certo, que será cumprida a determinação do Presidente Figueiredo, no sentido de não faltar recursos para a agricultura.

Existem inúmeros contratos de financiamentos de investimentos já aprovados nas agências do Banco do Brasil, ainda não liberados por falta de dinheiro. Na agência do referido Banco em Serra Talhada, Pernambuco, há mais de quinhentos contratos parados por falta dos recursos necessários.

Outro problema que virá, com certeza, agravar a deficiência de recursos para a agricultura diz respeito à necessidade de se ajustar o preço dos financiamentos para o custeio agrícola, desde que, com o aumento do preço do óleo diesel e combustível, influencia sobremaneira como componente do custo da atividade agrícola.

Solicitamos, portanto, às autoridades competentes a liberação dos recursos para investimentos agrícolas, para que todas as agências do Banco do Brasil, citando nominalmente a de Serra Talhada, Pernambuco, minha terra, possam operar normalmente, liberando os contratos já encaminhados e outros que serão incorporados. Do mesmo modo, deve não faltar recursos ao custeio agrícola.

Só assim estar-se-á cumprindo a decisão do Presidente Figueiredo de dar prioridade à agricultura, e para que possamos usufruir de nossa grande potencialidade agrícola, tornando-nos o maior produtor mundial de cereais.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. LYGIA LESSA BASTOS (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Fundação Casa do Estudante do Brasil comemora, no próximo dia 13 de agosto, os seus cinquenta anos de atividades assistenciais, culturais e de intercâmbio de estudantes.

Congratulo-me aqui, desta tribuna, com seu atual presidente, Dr. Eurico de Andrade Fernandes, bem como com todos os estudantes brasileiros pelas comemorações com que festejam, justamente, meio século de benefícios prestados pela Fundação.

É justo lembrar, nesta oportunidade, os nomes de seus fundadores, a poetisa Anna Amélia e o então estudante de direito Paschoal Carlos Magno, pioneiros do movimento assistencial ao estudante, que, juntos, em meio a inúmeras dificuldades e tropeços, conseguiram alicerçar o edifício que hoje se projeta como obra grandiosa e indispensável à coletividade estudantil.

A par da assistência ampla, também o intercâmbio com outras entidades de apoio ao estudante são objetivo da Fundação. Merece destaque a filiação da Casa do Estudante do Brasil à "Confédération Internationale des Étudiants", a grande coordenadora dos ideais estudantis por fundo o todo.

No âmbito cultural, faço dois registros especiais: um, à Biblioteca da Fundação, que é fonte de consultas, de conhecimentos e